



A CTAS DA VI REUNIÃO INTERNACIONAL DE CAMONISTAS

Seabra Pereira

Manuel Ferro

Coordenação

Hugo Laitenberger

Universidade de Würzburg

TEMA E HERÓI D'OS *LUSÍADAS*: DUAS TRADIÇÕES CRÍTICAS (PORTUGUESA E ALEMÃ)

I – Os românticos alemães e os seus sequazes nos séculos XIX e XX

Os alemães descobriram Camões bastante tarde, no início do século XIX, mas, apesar disso, a sua intervenção na camonologia foi produtiva, ao longo dos últimos dois séculos. Os românticos responsáveis por esta descoberta trouxeram com efeito uma nova visão d'*Os Lusíadas* e, em particular, uma nova definição do *tema* e do *herói* da obra.

Friedrich Schlegel, chamado «o descobridor alemão de Camões» por Oskar Walzel¹, iniciou esta nova visão com umas poucas notas contidas numa carta-artigo do ano de 1803 e numa série de lições privadas ministradas no inverno seguinte (1803/4). O romântico alemão não considera *Os Lusíadas* como a epopeia sobre a viagem à Índia, mas sim «um poema histórico» que trata «de modo abrangente das tradições heróicas de uma nação», um «poema nacional (...) que abrange a fama, o orgulho e o esplendor de uma nação, remontando-se até às mais velhas tradições...» (S XI, p. 158)². Com esta ideia – o assunto d'*Os Lusíadas* não é a viagem de Gama – ele toma posição contra toda uma tradição interpretativa, já bicentenária, que aqui só queria recordar brevemente, citando duas figuras representativas: Manuel Faria e Sousa, o grande biógrafo e comentarista do século XVII, e Voltaire, o representante do século das luzes.

O crítico português que escreve em castelhano, em 1639, no seu «Juicio del Poema», sublinha *com quanto cuidado* o poeta procedera para se concentrar só em Gama e só na descoberta da Índia (FS 1639, p. 60). E para deixar mais clara a sua opinião, ele comenta a célebre fórmula da «proposição» («*Que eu canto o peito illustre lusitano*» I,

¹ Cf. Oskar Walzel, «Der deutsche Entdecker des Camões»; em: *Revue de Littérature Comparée*, 1938, pp. 478-496; na mesma revista (1947, pp. 261-263), umas pequenas «correções» a este artigo, da pena de Josef Körner: «Nochmals Camoens in Deutschland».

² Citamos da Kritische Friedrich-Schlegel-Ausgabe herausgegeben von Ernst Behler.../Verlag Ferdinand Schöningh, Paderborn-München-Wien, 3. Band (S III) 1975, 6. Band (S VI) 1961, 11. Band (S XI) 1958. O texto da carta encontra-se reproduzido no terceiro volume (S III, pp. 24-31), o texto do curso privado no décimo primeiro volume (S XI, pp. 154-162).

3, 5) no sentido de que Camões, num primeiro momento, teria escrito «Que eu canto o ilustre *Gama* Lusitano», antes de substituir o nome de *Gama* pelo «peito ilustre» (FS 1639, p. 153) que, em todo o caso, seria o peito do navegador³.

Um século mais tarde, Voltaire, no *Essai sur la Poésie Épique*, confirma fundamentalmente esta ideia do tema – a viagem de Gama –, embora dando-lhe uma aparência mais «filosófica» (o assunto seria «*un nouveau pays découvert à l'aide de la navigation*»). Ao mesmo tempo, o grande iluminista, que de resto estima a obra mediocrementemente, concede a Camões o mérito de ter iniciado, frente à épica anterior que cantava a glória do guerreiro, «*une carrière toute nouvelle*» (V, p. 26)⁴.

A tradição interpretativa aqui brevemente recordada via-se perante duas dificuldades: o papel muito discreto do “protagonista” Gama e o “excesso de episódios” que continha a obra, considerando-se como tais episódios todos os “excursos” sobre a história (passada e futura) de Portugal que não fizessem estritamente parte da acção do grande navegador. A interpretação romântica resolveu de vez este problema; na sua perspectiva, tudo o que pertence à história portuguesa faz também parte legítima do assunto, evidentemente com inclusão da viagem de Gama, moldura narrativa da obra.

Schlegel, nos seus textos muito breves, limita-se a umas indicações sugestivas. No entanto, as possíveis consequências da viagem assim iniciada aparecem, logo a seguir, na *História da Literatura Portuguesa* de Friedrich Bouterwek (1805)⁵, a primeira aparecida em língua alemã. Para Bouterwek a obra de Camões é um «*tableau épico e nacional da glória do heroísmo português*» (B, p. 157); «*Camões tentou relatar os feitos dos heróis e dos grandes homens da pátria na sua totalidade*» (B, p. 154 s.); «*tentou agrupar de forma poética e épica todos os acontecimentos nacionais grandes e interessantes da história da sua pátria*» (B, p. 156). Nesta definição do tema, o crítico sublinha, mais ainda do que o próprio Schlegel, o aspecto da totalidade: estão em causa *todos* os «feitos» e *todos* os «acontecimentos» da história pátria.

Um dos graves problemas da camonologia barroca e classicista – uma grandíssima parte da «epopeia de Gama» tinha pouco a ver com a sua viagem – ficou assim solucionado. Para Bouterwek, vista a nova definição do tema, *não há episódios* na obra de Camões, salvo a «*breve narração do gigante Adamastor*» (B, p. 157) que não tem a ver com a história portuguesa. Bouterwek diz: «*O que de resto é chamado assim é um extracto poético (uma síntese) da história (...) de Portugal e constitui uma parte tão essencial do todo como todas as demais partes principais do grande tableau; de resto, este extracto poético compreende quase metade do poema*» (B, p. 157).

³ *Lusíadas de Luis de Camões...* comentadas por Manuel Faria e Sousa. Primeiro y segundo Tomo, Madrid, 1639 (sigla: FS 1639; citamos da edição reprint da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, feita por ocasião do IV centenário, 1972). No mesmo ano de 1639, porém, um adversário de Faria e Sousa, o recentemente redescoberto Manuel Pires de Almeida, qualificava estas ideias do nosso crítico de «opinião insofrível» (sobre Pires de Almeida, cf. mais adiante, Parte III).

⁴ Citamos - com a sigla «V» - da edição seguinte: *Oeuvres complètes de Voltaire*, Tome huitième, Paris, (Hachette) 1877.

⁵ Trata-se do quarto tomo da História da poesia e eloquência desde finais do século XIII (Geschichte der Poesie und Beredsamkeit seit dem Ende des 13. Jahrhunderts) de Bouterwek. Citamos este tomo com a sigla «B». O volume não tem título próprio. Por motivos práticos designamo-lo por “História da Literatura Portuguesa de Bouterwek”. A tradução das citações é nossa.

Bouterwek aborda também o problema do *herói*, explicando o *título* da obra correctamente: O herói *não* é Gama; trata-se de um *herói* por assim dizer «plural»⁶ que são os “Lusíadas”, os “portugueses” (B, p. 155).

A apresentação da epopeia por parte de Bouterwek abarca ainda mais aspectos; os dois pontos aqui relevados, porém, são essenciais na interpretação romântica: (1) a redefinição do tema (a história portuguesa na sua totalidade e a *glorificação desta história*); (2) a redefinição do herói (já não herói individual, mas «plural»). A estes dois aspectos limitar-nos-emos a partir de aqui⁷.

Bouterwek encontra rapidamente um importante meio de difusão, uma vez que o historiador de literatura Simonde de Sismondi, de Genebra, recai sobre a substância da nova interpretação na sua própria *História da Literatura Portuguesa*, publicada em Paris em 1813⁸, que na sua exposição sobre Camões constitui um verdadeiro plágio de Bouterwek. Seguindo literalmente o crítico alemão, Sismondi constata que Camões, embora escolhesse para moldura da sua narração a viagem de Gama, nela inclui tudo o que a história portuguesa apresenta de feitos gloriosos: «*S'il a pris pour cadre de ce poëme le récit des conquêtes des Portugais dans les Indes, il a su y entremêler toutes les grandes actions de ses compatriotes dans les autres parties du monde: tout ce que l'histoire ou les fables nationales contiennent de glorieux pour eux*» (Sis, p. 329). Notamos aqui o mesmo insistir na ideia de que está em causa a totalidade da história portuguesa, à qual Sismondi, porém, acrescenta «*les fables nationales*» (as tradições populares, talvez já implicitamente contidas nas alusões de Schlegel e que Bouterwek tinha deixado de parte para insistir no puro aspecto histórico).

O livro de Sismondi é um veículo importante para se espalharem as ideias de Bouterwek na Europa. Além disso, a própria *História* de Bouterwek foi traduzida para francês (1812), inglês (1823) e espanhol (1829), facilitando a recepção da interpretação romântica, na forma elaborada por este autor.

Em Portugal, apesar dessas condições óptimas, a recepção das novas ideias tarda em realizar-se. Schlegel, Bouterwek e Sismondi são mencionados na grande edição

⁶ O termo de herói «colectivo», introduzido mais tarde, não se encontra no crítico alemão (cf., na Parte III, o que explicamos sobre o Padre Macedo).

⁷ Recordamos como contribuições de interesse geral sobre o tema da recepção de Camões na Alemanha: Wilhelm Wilmsmeier, *Camoens in der deutschen Dichtung des 19. Jahrhunderts*, Diss. Münster 1913. J.-J.-A. Bertrand, «Camoëns en Allemagne»; em: *Revue de Littérature Comparée*, 1925, pp. 246-263.

Harri Meier, «Luís de Camões' 'Lusíadas'. Das portugisische Nationalepos im deutschen Geistesleben»; em: *Geist der Zeit*, 1943, p. 62; também nos *Ensaios de Filologia Românica*, p. 212 (Edição da 'Revista de Portugal' - Lisboa), que traz um tradução revisada deste artigo sob o título «'Os Lusíadas' no romantismo alemão».

Hans Flasche, «Frederico Schlegel e Portugal»; em: *Publicações do Instituto Alemão*, Lisboa 1961, pp. 3-26.

José António Palma Caetano, «Der portugiesische Dichter Luís de Camões und die älteren deutschen Romantiker»; em: *Moderne Sprachen*, 1965, pp. 13-17.

Wilfried Kreutzer, «Camões in Deutschland»; contido no volume III d' *Os Lusíadas: Estudos sobre a projecção de Camões em culturas e literaturas estrangeiras*, Lisboa, 1984, pp. 467-494.

Ofélia Paiva Monteiro, «Camões no Romantismo»; em: *Revista da Universidade de Coimbra*, 1985, pp. 119-137 (com ênfase na recepção no Romantismo português).

Dietrich Briesemeister, «Camões in Deutschland (18. und 19. Jahrhundert)»; em: *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* / 20. Band (1988-1992), Ashendorff, Münster, 1993.

⁸ Contida no quarto volume da sua obra *De la littérature du midi de l'Europe* (Sigla: Sis).

do Visconde de Juromenha (1860-1865), mas não deixam rasto no seu pensamento. Teófilo Braga, na sua *História de Camões* (três volumes, 1873-1875), apesar de apresentar uma longa citação de Schlegel, não adopta os pontos essenciais da nova concepção acima mencionados.

No entanto, a grande recepção destas ideias, no século XIX, tem lugar na própria Alemanha. Estou a falar do doutor Wilhelm Storck, que mais tarde se revelará como a verdadeira ponte da nova interpretação para o século XX. O estudioso alemão, depois de ter dado uma versão completa para a língua alemã da obra lírica e épica de Camões (sete volumes: 1869 e 1880-85), publicou, em 1890, a monumental *Vida de Luís de Camões*,⁹ baseada num conhecimento vasto e profundo da obra e de outros documentos, que, apesar da sua sólida base positivista, não se livra de especulações precipitadas. Storck adopta os dois pontos da teoria romântica que aqui nos ocupam, combinando-os porém com dois aditamentos próprios: (1) uma cronologia hipotética da composição da obra e (2) a ideia de *dois projectos sucessivos* durante o processo da redacção. Com estes aditamentos, Storck tira da nova concepção do tema uma consequência possível, mas não forçosa.

Segundo Storck, Camões começaria o seu poema «sobre a história de Portugal» a meados dos anos 40 com os dois cantos dos reis portugueses. Só posteriormente integraria estes Cantos (III e IV) numa epopeia marítima, baseada na própria experiência da travessia à Índia e das terras longínquas da Ásia, escolhendo então a viagem de Gama e a descoberta do Oriente como *moldura da narração*. Desta *transformação posterior* do projecto nasceria o poema que conhecemos com a sua configuração «virgiliana», a intervenção dos deuses da mitologia clássica, a introdução de um herói «nominal», capitão da expedição para a Ásia. Assim *não só* existiriam duas etapas na redacção, os cantos «históricos» compostos ainda em Lisboa (talvez desde 1544) e o resto do poema composto durante a estadia na Índia; *haveria também dois «projectos» diferentes*: (1) o projecto de um poema sobre a história de Portugal; (2) o projecto modificado de uma epopeia marítima que, porém, dentro da *moldura* da navegação de Gama, conservaria o *tema* do projecto primitivo, a história de Portugal na sua totalidade. Quando Camões embarcou para a Índia, nem sonhando pensaria que os seus *Lusíadas* poderiam ter, um dia, qualquer relação com a viagem de Gama. Só devido à própria experiência da viagem e ao espectáculo da natureza marítima, Camões teria transformado o seu projecto primitivo e no novo projecto, então nascido, os Cantos III e IV teriam sido inseridos como discurso de Gama perante o rei de Melinde *sem sofrerem mais mudanças*: «Quando Camões modificou o seu plano, collocando na primeira linha os feitos marítimos e o descobridor da India, aqueles cantos historicos, que já estavam concluidos e que contêm os magnificos dois livros dos Reis Portugueses, foram conservados sem alteração¹⁰. O poeta não os retocou; marcou-lhes apenas um posto diferente» (St,

⁹ O título da obra de Storck em alemão é: *Luis' de Camoens Leben* (Paderborn 1980). As nossas citações são tomadas da tradução portuguesa: Wilhelm Storck, *Vida e obras de Luís de Camões*. Primeira parte. Versão do original alemão anotada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Lisboa, 1897 (Reprint: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1980); empregamos a sigla «St».

¹⁰ O texto imprimido da tradução de Carolina Michaëlis diz: «sem inalteração», erro evidente, como confirma o original alemão.

p. 465). Esta hipótese de Storck, que postula *dois projectos* diferentes na redacção da obra, teve grandíssima repercussão na camonologia do século XX, sendo variamente discutida e *finalmente*, mas só finalmente, rejeitada. Apesar disso, através do seu livro, Storck tem o mérito de transmitir ao nosso tempo as ideias românticas quanto ao *tema* e ao *herói* da epopeia.

O labor da Carolina Michaëlis de Vasconcelos

A principal (quase única) mediadora neste processo de transmissão foi Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), cujo contributo neste sentido é inestimável.

Ela publicou em 1897, sete anos depois da edição alemã, a sua tradução para português do livro de Storck, a *Vida de Luís de Camões*, que desde então tem sido um instrumento de trabalho indispensável, um ponto de referência significativo para todos os camonistas, ainda que hoje, nalguns casos, só sirva como alvo de ataques polémicos.

Quase igual importância tem a publicação (do mesmo ano) da sua *História da Literatura Portuguesa*, incluída no *Compêndio de Filologia Românica* de Gröber¹¹, onde ela (pp. 313-328) resume as ideias do livro de Storck, cuja tradução acabava neste momento. É verdade que a filóloga aqui insinua certas reservas quanto ao *retrato* que Storck pintara do carácter de Camões («*o futuro assegurado por uma tença e a mão de Catarina teria sido o seu ideal*», «*uma vida tranquila e ignota*»; GG, p. 316 s.). Michaëlis pensa que este «ideal» do erudito alemão não seria aceite com simpatia pelo público português. No entanto, no que respeita ao tema e à intenção da obra, à personagem do herói e também à cronologia da composição, ela segue estreitamente a perspectiva do seu antigo compatriota: «*Estou convencida, como Storck, que só em 1553, no oceano (...), durante os seis longos meses da travessia para o Oriente, nasceu e madurou o plano de fazer da descoberta da via marítima (...) o centro organizador da epopeia. A ideia mais geral, porém, a de transformar em epopeia a própria história nacional e de ser o arauto do seu povo, 'pregão do ninho meu paterno', remontava mais atrás e, já na sua juventude, tinha empolgado o poeta*» (GG, p. 318). Esta ideia «mais geral» teria nascido segundo ela (como segundo Storck) à volta do ano de 1544 e, conforme o primeiro projecto então concebido, o poeta teria composto os Cantos III e IV anteriormente à sua partida para a Índia. Michaëlis só diverge de Storck pela suposição de que esses cantos teriam que ser bastante retocados ao serem inseridos no «segundo projecto», surgido durante a travessia, para poderem servir de discurso de Gama perante o rei de Melinde: «*É certo que, já em Lisboa, à volta do ano de 1544, estava preocupado com a epopeia (...). O que ele escreveu então eram provavelmente cantos históricos, pois só pensou em compor um poema histórico. Deve ter composto o magnífico quadro da batalha de Aljubarrota, a narração sobre Inês de Castro, erroneamente chamada 'episódio', a batalha*

¹¹ C. Michaëlis de Vasconcelos e Th. Braga, *Geschichte der portugiesischen Literatur*; em: *Grundriß der romanischen Philologie*. Hrsg. von Gustav Gröber, II. Band, 2. Abteilung, Straßburg, 1897, pp. 129-382. Teófilo Braga só colaborou no último terço desta *História*. Apresentamos o texto do «Grundriß» na nossa tradução portuguesa (sigla: GG).

do Salado e a intercessão da rainha D. Maria junto do pai em favor do marido; talvez elaborasse os livros completos dos reis (cantos III e IV), mas está absolutamente certo que estes sofreram mais tarde intensas modificações, penso eu (i.e.: em contraposição a Storck), para poderem integrar-se harmoniosamente no conjunto constituído pelo plano modificado» (GG, p. 319).

Além destas ideias sobre o tema e os dois projectos, encontra-se, no *Compêndio* de Gröber, a concepção de um herói «plural»; Carolina Michaëlis diz: «A ideia fundamental d'Os Lusíadas é nova. Ninguém antes nem depois de Camões ousara escolher como protagonista épico o povo e a pátria, quer dizer uma nação inteira. Pois se é verdade que Vasco da Gama é o condutor da empresa heróica que constitui o centro da acção, ele de nenhuma maneira é o herói (...). O herói da epopeia são os Lusíadas, como é expresso pelo título e também pelas duas estrofes iniciais e como o testemunha a epopeia inteira. Canto: as armas e os barões (no plural), e não: arma virumque cano. Voluntariamente o poeta renuncia ao artifício de entusiasmar o leitor em favor do carácter e do destino de um indivíduo, e, em consequência, a sua composição diverge absolutamente de todas as epopeias que já existiam. Queria cantar a História, quer dizer a Verdade, não narrar fábulas como não se cansou de sublinhar» (GG, p. 320 s.).

Este extracto das ideias de Storck, no *Compêndio* de Gröber, tem exercido uma profunda influência na camonologia do século XX. Mas há ainda outro texto da grande filóloga que é importante para a nossa pesquisa: Nos anos de 1905 a 1908 Carolina Michaëlis publica, na Biblioteca Românica de Estrasburgo, uma edição d'Os Lusíadas com um longo prefácio que, no essencial, recai sobre o texto anterior, mas em parte também o modifica¹².

Seguindo as pisadas de Storck, a nossa filóloga distingue aqui a “justa compreensão” da obra daquela «outra superficial e acanhada que vê na epopeia nada mais do que a narração de uma só façanha de um único herói: o descobrimento da via marítima das Índias Orientais por Vasco da Gama» (Pref., p. XV). Esta «justa compreensão» é, evidentemente, idêntica à romântica, transmitida por Storck: «O poema contém... a história poetizada das obras gloriosas do povo inteiro, tanto por terra como por mar» (Pref., p. XIII s.), concepção que Michaëlis defende, recorrendo a uma série de argumentos (além dos já mencionados na *Vida* de Storck) aos quais voltaremos mais tarde.

Michaëlis, no seu prefácio de 1905, continua sendo partidária da cronologia da redacção do poema proposta por Storck, com vista à prioridade dos Cantos III e IV, mas ela descarta-se agora da hipótese de que a «epopeia marítima» não fizesse parte do projecto primitivo: «Penso que a ideia de escolher para acção nodal do epos sobre o conjunto dos feitos históricos dos Lusitanos, aquele que todos os historiadores e poetas designavam como assunto mais digno de um Homero [quer dizer: a viagem de Gama], faria parte da concepção primordial» (Pref., p. XXII). Ela agora pensa que a ideia de exaltar a história do povo português estava ligada, desde o início, à ideia de uma epopeia marítima, prefigurada pela *Eneida*. A própria viagem do poeta não teria sido «condição imposta» (p. XXIII), mas sim a «consequência voluntária» da ideia já existente

¹² Citamos da edição seguinte: *Os Lusíadas* de Luís de Camões. Edição nacional. Imprensa Nacional de Lisboa, 2^a 1931, cujo texto é idêntico ao prefácio da Biblioteca Românica (1905); sigla: «Pref.».

do poema marítimo. Camões queria, por assim dizer, procurar *in loco* as impressões e conhecimentos respectivos.

Com os três trabalhos aqui apresentados – a tradução da biografia de Storck (1897), o capítulo sobre Camões no *Compêndio* de Gröber (1897), o Prefácio à edição de Estrasburgo (1905) – Carolina Michaëlis cria os fundamentos que serviram de base à recepção das ideias românticas sobre o tema e o herói no século XX. Esta recepção passa através de Storck (que «enriquece» estas ideias com as suas próprias hipóteses) e não recorre directamente aos grandes iniciadores românticos: Friedrich Schlegel, Friedrich Bouterwek ou o seu divulgador Simonde de Sismondi. No entanto, este processo de recepção voltará – *indirectamente* – à fonte primitiva e ao núcleo das posições românticas, pelo facto de se liberar, com o passar do tempo, dos aditamentos feitos por Storck a respeito dela. Para descrever este processo, baseio-me nos recursos bibliográficos de que pude dispor na minha Universidade de Würzburg. Devido a esta limitação, é inevitável certo carácter aleatório na escolha dos meus testemunhos.

Colocarei em primeiro plano alguns dos escritos que expressamente tratam a problemática em questão ou que directamente se relacionam com Storck e a sua «propagandista». Mas como, por outra parte, só se trata de tornar patente até que ponto a recepção das ideias do romantismo alemão, no século XX, é um facto natural e evidente (se bem que em grande parte já inconsciente), penso que os manuais de literatura, as monografias de carácter geral e também certas introduções biográfico-literárias dirigidas a um público mais amplo têm que ser para nós até mais importantes do que os estudos mais especializados. Vários camonistas distinguidos do nosso tempo estarão pois ausentes do seguinte esboço da «tradição alemã», enquanto, no que diz respeito aos últimos decénios, não hesito em incluir, até alguma edição comercial ou apresentação escolar que, por caso, me caíra nas mãos.

Vou citar só as etapas mais importantes da evolução que nos ocupa.

Anos 20 e 30

As ideias de Storck começam a aparecer nos manuais de literatura, nas monografias e nalguns artigos dedicados à nossa temática, desde o início dos anos 20. Assim Aubrey Bell, na sua *História da Literatura Portuguesa* (1922)¹³ enfileira-se inteiramente na perspectiva dos românticos transmitida por Storck e Michaëlis: *Os Lusíadas* são uma obra «em louvor de Portugal» que tem como *tema*, garantia da sua unidade, «a história inteira do seu país» (Bell 1922, p. 180). Em 1923, na sua monografia sobre Camões¹⁴, Bell menciona os “dois projectos” e repete: O tema é «*the whole of Portugal's history and empire*» (Bell 1923, p. 95); o papel de Gama é pouco saliente (p. 95), não sendo ele o protagonista da obra. Camões não intentou cantar «*um único herói, senão mil*» (p. 89).

¹³ Aubrey F.G. Bell, *Portuguese Literature*, Oxford, 1922.

¹⁴ Aubrey F.G. Bell, *Luis de Camões*, Oxford, 1923.

No ano do centenário (1924), o professor William Entwistle, numa lição de posse¹⁵, repete a ideia dos “dois projectos” e quanto ao “herói” afirma: «*Da Gama e a viagem para a Índia não são essenciais na concepção d’Os Lusíadas*» (Entw., p. 78). Depois, numa longa citação tomada directamente do *Compêndio* de Gröber (Entw., p. 82 s.), o crítico britânico sublinha que o herói da epopeia é «uma nação inteira».

No mesmo ano, Afrânio Peixoto ministrou uma conferência intitulada «Camões épico», onde aborda muitos assuntos¹⁶ e também toca de relance na ideia do herói “colectivo” que ele apresenta numa perspectiva algo curiosa: «*O alemão Storck se maravilha porque na epopeia não é mais o herói um homem, rei ou semi-deus, mas o que os tempos de hoje justamente consagram, um povo, o herói colectivo; o ‘peito ilustre lusitano’, Os Lusíadas*» (Peix., p. 49). Evidentemente Storck não se maravilhou com este herói «colectivo» ou «plural»; antes pelo contrário: foi ele o defensor decidido desta ideia, por ele derivada (um pouco tacitamente), da *História* de Bouterwek (1805). Na opinião de Peixoto (Peix., p. 49, nota), a ideia do herói colectivo provém da edição do Morgado de Mateus, de 1817. Voltarei mais tarde a esta primeira tentativa de substituir a tradição romântica por uma tradição portuguesa autóctone.

Embora prestando-se a mal-entendidos, o doutor Storck tornou-se então moda; e nos anos 30 ainda mais pelo facto de o Prefácio de Carolina Michaëlis à edição de Estrasburgo, de 1905, figurar agora como Introdução à nova Edição Nacional d’*Os Lusíadas* (¹1928; ²1931), cujo texto revisto se devia a José Maria Rodrigues. Este Prefácio, já antigo, com o seu ideário storckiano, tornou-se assim (depois da morte da grande filóloga) um ponto de referência impreterível para qualquer estudioso.

No entanto, *uma voz discordante* existe neste consenso dos anos 20 e 30 em torno de Wilhelm Storck e Carolina Michaëlis: *Roque Machado*, num livrinho intitolado *Vasco da Gama nos Lusíadas*¹⁷, de 1936, resolutamente contradiz o que chama «*belo e curioso estudo*» de Carolina Michaëlis que «*serve actualmente de prefácio à edição nacional*» (RM, p. 3). O autor vai mesmo contra a própria sustância das teorias românticas, sendo os seus principais pontos de ataque, com efeito, a *definição do tema* e a *ideia do «herói colectivo»*, componentes-chave desta teoria que ele apresenta socorrendo-se de duas passagens directamente citadas do Prefácio de Michaëlis (cf. RM, p. 4 s.). A estas «aberrações» modernistas, o nosso crítico opõe o que ele julga ser a *sã doutrina* de Faria e Sousa¹⁸, para quem efectivamente a viagem de Gama era o *tema* da obra e «o *peito ilustre lusitano*» o *peito* do navegador, *herói* da epopeia.

¹⁵ William Entwistle, «The ‘Lusiads’, da Gama and Modern Criticism»; em: *Lusitania* IV (1927). O texto original é inglês.

¹⁶ O texto está reproduzido no volume: Afrânio Peixoto, *Ensaios camonianos*, Coimbra, 1932, pp. 1-63. Entre outros assuntos, Peixoto relata-nos os seus esforços, a ser coroados de êxito no mesmo ano, com vista à criação duma Cadeira de Camões em Lisboa (Peix., p. 55).

¹⁷ Roque Machado, *Vasco da Gama nos Lusíadas*, Lisboa, 1936; sigla RM.

¹⁸ Faria e Sousa, como já explicámos no início desta lição, defendera a ideia de que Camões cantava «Vasco da Gama só», e que na Proposição, *originariamente*, escrevera «Que eu canto o ilustre Gama Lusitano», antes de substituir o nome de Gama pelo «peito ilustre», que porém designaria sempre a mesma pessoa.

Nos anos depois da segunda Guerra Mundial aparece uma série de versões da epopeia para inglês com introduções biográfico-literárias que retomam as definições românticas, já tópicas, do *tema* e do *herói*: Ford (1946), Bacon (1950) e Atkinson (1952).

J.D.M. Ford (*Os Lusíadas by Luis de Camões*, Cambridge Harvard University Press, 1946) reproduz a sustância do Prefácio de Carolina Michaëlis (p. 8 s.), afirmando sobre o assunto e o herói da obra: «*Camões did not write his work to glorify any one man or any half a dozen of men; he wrote it to celebrate the prowess of the whole Portuguese nation.*» (p. 13).

Leonard Bacon, na sua Introdução, repete: «*As has been pointed out a hundred times, the hero is not a man but a nation. Vasco da Gama is a great captain, and his voyage is the most magnificent of exploits. But he is not Aeneas who made Rome. The idea is quite different. Portugal made Gama - Portugal that with so little did so much. Gama and his voyage are no more than rather special aspects of the glory of Portugal*» (*The Lusíads of Luiz de Camões*. Translated by Leonard Bacon, The Hispanic Society of America, New York 1950, p. XXVI).

E William C. Atkinson, por seu lado, também insiste: «*'Arms and the men' was his theme, the epic exaltation of a whole race of heroes.*» (Luis Vaz de Camoens, *The Lusíads*. Translated by William C. Atkinson, Penguin Books 1952, p. 21).

A mesma derivação romântica prevalece nos lusitanistas *alemães*, Giese e Taube¹⁹, e também nos *italianos*, Rossi e Piccolo, onde a influência de Storck, através da Michaëlis, desponta continuamente²⁰.

Na minha pesquisa um pouco saltitante, entre os críticos estrangeiros do após-segunda-guerra, só encontrei dois camonistas destacados que *se afastam* da quase-unanimidade

¹⁹ Wilhelm Giese, *Geschichte der spanischen und portugiesischen Literatur*, Bonn, 1949, p. 81: «*Der Held ist nicht Vasco da Gama, der Führer der im Mittelpunkt stehenden Seefahrt nach Indien, sondern das ganze portugiesische Volk, und es ist begreiflich, wenn die Dichtung in hohem Maße zur Ausbildung und Festigung des portugiesischen Nationalgefühls beigetragen hat*».

Luis de Camões, *Die Lusíaden*. Ausgewählt... und eingeleitet von Otto Freiherr von Taube, Freiburg, 1949, p. 7 s.: «*Die engere Handlung der Lusíaden verläuft im dichterischen Berichte von der Aufsegelung Indiens durch die Portugiesen unter Vasco da Gama 1497/98. Darein webt Camões, teils in Gestalt von Erzählungen aus der Vergangenheit, die er Gama oder einem seiner Gefährten in den Mund legt, teils in Gestalt von Weisungen, die er überirdische Wesen von der Zukunft machen läßt, die ganze Geschichte seines Vaterlandes in ihren glorreichen Begebenheiten von Urbeginn an bis zu seiner eigenen Zeit*».

²⁰ Giuseppe Carlo Rossi, *Storia della Letteratura Portoghese*, Firenze, 1953: «*Camões (...) canta (...) le geste passate, presenti e future del proprio popolo...*» (p. 125). «*Non é più l'esaltazione della gesta di un eroe, Achille o Enea che siano, ma quella di un popolo chiamato collettivamente ad alti compiti...*» (p. 128).

Francesco Piccolo, *Storia della Letteratura Portoghese*, Milano 1901: «*Il poema Os Lusíadas é generalmente ritenuto l'epopea di un popolo, di una nazione, quindi non la narrazione di un periodo chiuso, o la celebrazione di un eroe (...). Senza dubbio, la navigazione di Vasco da Gama rappresenta il momento più importante del poema; ma intorno a questo tema centrale, e alla data nella quale l'impresa si colloca, 1498, si vengono disponendo tutti gli episodi caratteristici della nazione portoghese, anteriori (...) e posteriori.*» (p. 145). «*Quando Camões prese decisamente a pensare al suo poema? Probabilmente fra il 1543 e il 1546, secondo la Michaëlis de Vasconcelos, e secondo quel ch'è dato presumere da allusioni del poeta in egloghe di questo tempo, allorché diceva di voler sostituire il flauto pastorale con la 'mantuana tuba', e prometteva di comporre cose che avrebbero ingrandito il nome portoghese.*» (p. 146).

que estou a descrever: o primeiro, francês, Georges Le Gentil, quase completamente²¹; o segundo, espanhol, José Filgueira Valverde, em larga medida²². Por motivos de horário não posso ocupar-me aqui destes “dissidentes”.

No âmbito da língua *portuguesa*, limito-me a alguns manuais de literatura: Fidelino de Figueiredo, Joaquim Ferreira e António José Barreiros (que escolho um pouco arbitrariamente, pelos motivos já explicados). Todos eles se encontram plenamente de acordo com as ideias expostas sobre o tema e o herói, como fica patente pelas indicações relegadas às notas²³. No entanto, nos anos 40 e 50, quero destacar dois grandes camonistas representativos: Hernâni Cidade e António José Saraiva.

Hernâni Cidade

A exposição de Cidade sobre o *herói* da obra concorda plenamente com a ideia proposta pelos românticos (Friedrich Bouterwek particularmente). O crítico português observa que já o título sugere que *não* se trata de um herói individual: «*O achado literário do poeta (...) consiste em dar ao seu poema (um) nome que logo nos anuncia a história heróica de todo um povo - 'Os Lusíadas'*» (CE, p. 29)²⁴. Por isso, ele toma propositadamente as suas reservas perante o opúsculo de Roque Machado, assim aludido: «*Há, na verdade, quem tenha visto na expressão camoniana – “Eu canto o peito ilustre lusitano” – uma alusão, não ao heroísmo português, em geral, mas ao heroísmo de Vasco da Gama. “Singular interpretação!”*» (CE, p. 30).

No entanto, apesar do que ele afirma sobre a presença de «*quase cinco séculos de história nacional*» na obra (CE, p. 30), Cidade não adopta a ideia de que Camões,

²¹ Georges Le Gentil, *Camões*. Tradução e notas de José Terra, Portugália Editora, Lisboa (a edição francesa é de 1952).

²² José Filgueira Valverde, *Camões. Comemoração do centenário de 'Os Lusíadas'*, Coimbra, 1981 (a versão primitiva espanhola é de Barcelona, 1953).

²³ Fidelino de Figueiredo, *História Literária de Portugal*, São Paulo, 3^o1966 (1^o1944), p. 172: «*Ao contrário do que frequentemente se diz, o herói do poema não é Vasco da Gama, é o povo português, toda a sua História, toda a vida do 'peito ilustre lusitano'. A viagem da Índia fôra o centro de cristalização, que tudo em volta nobilitara.*»

Joaquim Ferreira, *História da Literatura Portuguesa*, 3^a edição, Porto (s.d.), segue inteiramente os vestígios de Storck e Carolina Michaëlis: «*Ainda na alvorada indecisa da juventude, afagou Camões o desejo de cantar as glórias nacionais. (...) Não há datas indiscutíveis relativamente ao começo da elaboração; deduz-se, porém, de poesias líricas avulsas, algumas escritas na mocidade, o seu propósito de glorificar em verso as gestas lusitanas. Supõe-se que a sua obra épica foi composta de 1545 até 1570. O grandíssimo poeta deu-lhe com acerto o título Os Lusíadas.*» (p. 361). O «*assunto que vai glorificar*» é a «*história dos portugueses*» (p. 362), é «*a epopeia do povo português*» (p. 374). «*Os Lusíadas vieram dar a realidade ao anseio, que se fizera colectivo, de exaltar as glórias de Portugal em cantos à altura delas. O assunto ficou a ser a biografia histórica da nação portuguesa. Não é a viagem do Gama, por mais estupenda, nem o Gama o seu herói (...). A denominação do poema está em concordância com o intuito que norteou o poeta: glorificar todos os portugueses, e não só Vasco da Gama.*» (p. 377 s.).

António José Barreiros, *História da Literatura Portuguesa*, Volume I, 3^a edição, Editora Pax, p. 507: «*O assunto principal d'Os Lusíadas não é constituído pela viagem de Vasco da Gama à Índia. (...) É toda a história de Portugal que (o poeta) vai narrar.*»

²⁴ Hernâni Cidade, *Luís de Camões / O Épico*, Livraria Bertrand, 3^o1968 (1^o1950; 2^o1953); sigla: CE.

inicialmente, teria tido a ambição de escrever uma verdadeira «história de Portugal»; tal ideia careceria de fundamento no mesmo texto: «*Não o cremos, porque o que da história pátria interessa ao Poeta é sobretudo o que nela constitui fenómeno de expansão ou para esta prepara*» (Obra, p. 136)²⁵. Assim, se bem que Cidade não negue a presença da história na obra, ele pensa que Camões, na apresentação dela, opera umas omissões importantes e significativas. O mesmo relatório de Gama perante o rei de Melinde seria demasiado compendioso e «intencional» para ser uma verdadeira «história» e, se o poeta tivesse tido em vista uma tal ideia, seria forçoso convir que «*para uma história de Portugal... o Autor teria sido demasiadamente apressado, esquemático – e unilateral*» (Obra, p. 137). Através destas considerações, o crítico português chega a uma relativa *modificação* da definição romântica do tema, mas sempre *dentro da mais ampla concepção dela*: O tema seria a expansão ultramarina com a sua pré-história (de quase cinco séculos), a sua actualidade (incluindo o «*acontecimento central... a viagem do Gama*»; Obra, p. 138) e também o seu futuro.

António José Saraiva

No seu difundidíssimo manual de *História da Literatura Portuguesa*, publicado em colaboração com Óscar Lopes (1953)²⁶, Saraiva tem um parágrafo que para nós pode prescindir de comentário: «*O tema geral escolhido por Camões para o seu poema foi toda a história de Portugal, como se vê pelo próprio título: Os Lusíadas. Esta palavra (neologismo inventado por André de Resende) designa os Portugueses, que a erudição humanística nobilitava como descendentes de Luso, companheiro de Baco. O próprio autor explicita o seu propósito, ao afirmar que canta 'o peito ilustre lusitano' (...). Para acção nodal, escolheu Camões a viagem de Vasco da Gama, uma rota marítima como as de Ulisses e Eneias (...). Era a propósito da viagem do Gama que Camões pretendia narrar toda a história de Portugal, sendo o próprio Gama, e um dos seus companheiros, aproveitados (à imitação dos poemas clássicos) para relatores principais desta história*» (H, p. 350 s.).

Desembaraçadas das fantasiosas hipóteses de Storck sobre os «dois projectos», temos aqui as ideias românticas na sua forma mais pura, tal como, por exemplo, Carolina de Michaëlis (neste ponto corrigindo Storck) as apresentara no seu Prefácio de 1905 (onde empregara já a mesma fórmula de «acção nodal» para designar a acção de Gama).

Breve visão da evolução posterior (anos 60 e seguintes)

Para o último terço de século, limito-me a citar uns poucos exemplos de edições comerciais e apresentações escolares que, como já disse, me caíram nas mãos um pouco por caso. Mesmo assim, deduz-se delas um resultado muito claro, isto é, que as ideias

²⁵ Hernâni Cidade, *Luis de Camões*, Editora Arcádia (a Obra e o Homem), Lisboa, 21971 (1961); sigla: Obra.

²⁶ António José Saraiva / Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 9ª edição, Porto/Coimbra/Lisboa (1953); sigla: H.

românticas sobre o tema e o herói, no nosso tempo, continuam quase omnipresentes. Digo «quase», porque alguns dos escritos aqui enumerados situam-se, parcialmente, na esteira de Jorge de Sena, cujo «estruturalismo» se empenha em contemplar n'Os Lusíadas o «*prodígio arquitectónico, independentemente do que há na obra, e do que nela se tem visto ou querido ver*»²⁷. Esta ideia de prescindir do significado, além de ser problemática em si²⁸, é alheia à concepção romântica.

A influência de Sena nota-se nalgumas apresentações escolásticas, onde predomina o afã em enumerar “planos”, “ingredientes”, “percentagens”, “episódios”²⁹. Noutros casos esta mesma influência combina-se com a interpretação romântica (às vezes passada pelo crivo de Cidade). Emanuel Paulo Ramos, por exemplo, na sua difundidíssima edição escolar, retoma alguns dos esquemas de Sena³⁰, mas situa-se claramente na tradição romântica, “filtrada” por Cidade. Para Ramos, o «*objecto do canto camoniano*» não se limita à narração «*de um dos mais altos momentos da História da Civilização - o do contacto entre o Ocidente e o Oriente (...): é a abalada de uma grande multidão, saída das várias camadas populacionais, que há séculos se agita no desejo de levar a cabo a grande Viagem... 'Os Lusíadas' cantam esta multidão, 'o peito ilustre Lusitano', já em movimento, recordando os casos de Marte e de Vénus, normalmente ligados com o fulcroscol dessa multidão: as pessoas dirigentes da Casa Lusitana*»³¹.

Noutros comentadores e editores recentes, a derivação romântica é ainda mais evidente. Maria Lutécia Dionísio, por exemplo, escreve: «*O facto de o tema geral de Os Lusíadas ser toda a história de Portugal confere-lhe necessariamente um carácter de realidade. A narração dessa história é feita, ao longo do Poema, através das falas de vários narradores - Vasco da Gama, Paulo da Gama, uma Nereida, Têtis -, falas que vão surgindo no desenvolvimento da acção central: a viagem que levou os Portugueses ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia.*»³². Silvério Augusto Benedito, parafraseando a Proposição, insiste também no conceito de totalidade: «*O poeta propõe-se como objectivo glorificar os navegadores e conquistadores portugueses que passaram "ainda além da Taprobana", as memórias dos reis que dilataram a fé e o império, todos os portugueses e a sua história implícitos no "... peito ilustre Lusitano / a quem Neptuno e Marte obedeceram.*»³³. E este mesmo crítico faz sua a ideia do herói “colectivo”: «*Quer as personagens intervenientes na viagem, quer as personagens da história desde D. Afonso Henriques (III) a Gonçalo da Silveira (X, 93), são os fatores da história de*

²⁷ Cf. Jorge de Sena, *A estrutura de 'Os Lusíadas' e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI*, Portugalí Editor, p. 69 (a maioria destes estudos remonta aos inícios dos anos 60; cf. p. III do Prefácio).

²⁸ Cf. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *Camões: Labirintos e Fascínios*, Lisboa, 1994 («Jorge de Sena, camonista», pp. 27-36).

²⁹ Cf., por exemplo, Amélia Pinto País, *Para compreender «Os Lusíadas»*, Centelha, 1982. Nas últimas publicações da autora esta tendência mitiga-se bastante.

³⁰ Cf. *Os Lusíadas de Luís de Camões*, Porto, s.d., p. 43.

³¹ *Ibid.*, p. 36 s.

³² Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Publicações Europa-América, ³1988, p. 15.

³³ Luís de Camões, *Os Lusíadas*. Introdução por Silvério Augusto Benedito. Notas de António Leitão. Biblioteca Ulisseia, ²1992, p. 20.

Portugal e, como tal, terão que ser considerados como representantes de uma personagem colectiva, o povo português, explicitada na expressão 'o peito ilustre Lusitano'.³⁴ Teresa Maria Henrique reúne ambas as ideias românticas dizendo que «estamos perante um herói colectivo, o povo português» e que «(Camões) vai contar-nos a história de Portugal, usando como pretexto a viagem de Vasco da Gama para a Índia.»³⁵ Finalmente, Avelino Soares Cabral afirma: «Publicada numa altura em que o império português mostrava já sinais evidentes de crise e ruína próxima (1572), a nossa epopeia canta a glória do povo português ('o peito ilustre lusitano'), com incidência no seu período de maior fulgor - a época dos Descobrimentos, representada pela viagem de Vasco da Gama em 1498.»³⁶

Isto quanto às edições comerciais e escolares. Porém, a *boa doutrina* encontra-se também entre os mestres; por exemplo, no prefácio à edição de Costa Pimpão, apresentada por Aníbal Pinto de Castro, onde lemos: «O eixo do poema é evidentemente a viagem do Gama, mas Os Lusíadas não são a viagem do Gama. Os Lusíadas são todos os seus reis, todos os seus heróis, todos os seus gloriosos barões»³⁷. Friedrich Schlegel, Friedrich Bouterwek, Simonde de Sismondi, Wilhelm Storck (no que coincide com eles) e também Carolina Michaëlis de Vasconcelos, porta-voz dos seus antigos compatriotas, não tinham dito outra coisa.

II – A glorificação da história de Portugal e dos Portugueses

Incluir no mesmo campo da camonologia dois espíritos tão dissimilares como Cidade e Saraiva terá certamente que surpreender. Será pois necessário perguntar-se qual o alcance real do quase-consenso que construímos entre eles (e outros camonistas).

Recordemos que os românticos alemães não introduziram as suas ideias de modo «neutro», «desinteressado». Para eles estas ideias entram num programa «ideológico» de valorização *positiva* da nacionalidade, em clara contraposição às normas supranacionais e supratemporais do classicismo e do iluminismo europeu. Porém, esta valorização, esta *exaltação e glorificação* da nacionalidade, aplicada ao caso de Camões, parecia compaginar-se maravilhosamente com as próprias intenções do poeta, «*pregão do ninho meu paterno*».

Friedrich Schlegel, Friedrich Bouterwek (e também Sismondi, «pregoeiro» da mensagem destes últimos) concordam sobre esta exaltação da história nacional *implícita na obra*. Sismondi, porém, distancia-se dos alemães no momento de julgar esta mesma história. Longe de se identificar com a tendência encomiástica que ele também identifica no poeta, o porta-voz suíço afirma-se contra, colocando-se, ao mesmo tempo, dentro e fora da perspectiva do próprio Camões. Assim, no final da sua exposição sobre a epopeia, ele chega a contrastar estranhamente com os seus inspiradores alemães. Estando a falar das profecias da ninfa sobre futuros feitos dos Portugueses no Oriente (Canto X), Sismondi, por um lado, ressalta esta intenção encomiástica do poeta: «*Ici*

³⁴ *Ibid.*, p. 24.

³⁵ Camões, *Os Lusíadas*, Coleção Apontamentos / Europa-América, 1991, p. 13 s.

³⁶ *Camões épico. Introdução à leitura de 'Os Lusíadas'*, Publicações Sebenta, 1993, p. 15.

³⁷ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa, ³1992 (¹1972), p. XXXIII.

un génie prophétique révèle tout l'avenir, depuis l'expédition de Gama jusqu'au temps où le Camoëns lui-même a vécu; il complète ainsi l'histoire de Portugal, de manière à rendre la Lusíade le plus beau monument qui ait jamais été élevé à la gloire nationale d'aucun peuple» (Sis, p. 411 s.). Mas, por outro lado, Sismondi, perante estes títulos de glória (cujo valor poético *dentro da obra* ele não nega), formula a sua crítica: «*Malheureusement pour l'honneur portugais, (ces titres de gloire) ne sont qu'une longue énumération de massacres, de meurtres et de pillages. Une excessive férocité caractérisa toutes les guerres que les Européens portèrent, au seizième siècle, dans les deux Indes... (et) cette férocité était portée au comble par le plus odieux fanatisme»* (Sis, p. 421 s.).

Sismondi aqui defende-se da possível acusação de ultrapassar, com o seu juízo sobre a história, os limites próprios do historiador da literatura: «*Ce n'est point m'écarter de mon sujet que de signaler ces grands crimes politiques, et d'en retracer toute l'horreur»* (Sis, p. 415). Ele ataca a perspectiva a seu ver *apolítica* (na realidade altamente política) dos românticos alemães, a quem ele mesmo tanto deve. Se estes críticos têm o mérito de ter revelado as literaturas espanhola e portuguesa ao público europeu, propagaram também, por *simpatia* para com estas literaturas, uma imagem falsamente idílica da história e da religião destas nações: «*Les mêmes critiques qui, de nos jours, ont rappelé notre attention sur la littérature espagnole et portugaise, et nous l'ont présentée comme la production la plus parfaite des moeurs chevaleresques et de l'esprit romantique, ont aussi préconisé l'esprit religieux qui animait ces peuples, le zèle désintéressé qui les entraînait dans des guerres, dont le seul but était la gloire de Dieu, et leur vie poétique toujours passionnée, toujours étrangère au calcul»* (Sis, p. 415 s.). Na opinião do crítico suíço, os alemães confundem a literatura (que segue uns cânones convencionais, idealistas) com a mesma realidade histórica, coisa não permitida nem mesmo aos historiadores da literatura: «*Ce n'est pas d'après les convenances poétiques qu'il est permis de juger les actions des hommes»* (Sis, p. 416). Sismondi aqui aproxima-se de uma visão da literatura politicamente comprometida e não se limita a interpretá-la independentemente da realidade extra-literária, revelando-se assim (como também na sua crítica da inspiração cristã do poema, baseada no deísmo) como um herdeiro das Luzes, da sua tolerância, do seu pacifismo.

A concepção patriótica e glorificadora não nasceu, porém, com o romantismo. Tem uma longa história em Portugal que remonta ao século XVII e que perdura independentemente (e para além) da maior ou menor influência do romantismo alemão³⁸: assim no Visconde de Juromenha³⁹ que não fez suas as novas definições do *tema* e do *herói*; em Teófilo Braga⁴⁰ que na sua *História da Literatura Portuguesa* discursa longamente sobre a inter-relação da recepção d'*Os Lusíadas* com a história do sentimento nacional; e também noutros.

No entanto, depois da Primeira Guerra Mundial, esta concepção (nacional e nacionalista) vê-se parcialmente contestada, fora de Portugal sobretudo. Soares Amora,

³⁸ Sobre o seu começo, cf. Maria Lucília Gonçalves Pires, *A crítica camonianiana no século XVII*, Lisboa, 1982 (particularmente o capítulo sobre «A exaltação nacionalista», pp. 64-67).

³⁹ Cf. o artigo de Soares Amora «A crítica feita ao poema no decurso da história literária»; in: *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*, Lisboa, 1973, p. 197 s.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 198 s.

por exemplo, afirma, referindo-se aos anos 20: «*Da ideia de um Camões “Poeta Nacional”, definida e posta a circular pelos românticos, e dominante no século XIX, evoluiu-se para um ideia mais ampla e mais rica de conteúdo e significação: Camões Poeta da Raça. E foi esta ideia, sem dúvida mais próxima da realidade profunda da personalidade e da obra de Camões, que levou os camonólogos do Brasil a sentirem o Poeta, já não apenas como um tema português, senão que também, e por todas as razões, brasileiro, ou melhor, como um tema luso-brasileiro ou lusíada. Afrânio Peixoto, Pedro A. Pinto, Sílvio de Almeida, foram, com toda a justiça, os mais influentes espíritos brasileiros, empenhados em formar, entre nós, a consciência de um Camões, símbolo de nossa Raça, expressão máxima de nosso potencial poético.*»⁴¹. A esta ideia “brasileira” («*Camões poeta da raça*») aderiram, em parte, os próprios críticos partidários das ideias românticas (Afrânio Peixoto, por exemplo); nela se conjugou a reacção contra o nacionalismo oitocentista, duramente corroído pela Grande Guerra, com o factor novo da crescente consciência intelectual e cultural da grande nação sul-americana.

Alguns críticos até foram mais além de Camões «*poeta da raça*». Assim o brasileiro Fidelino de Figueiredo (em princípio defensor do herói «colectivo» e do tema da história)⁴² propõe à camonologia futura a tarefa de descobrir a “humanidade” da obra: «*A crítica portuguesa ainda não ergueu o poema de Camões à altura, que lhe cabe. Confinando-o a um significado nacional, tem feito do poema uma biblia do patriotismo lusitano, um marco fronteiro a separar as nacionalidades ibéricas e um cântico de autolatria. Mas os Lusíadas são muito mais do que isso, porque são um monumento humano, que não separa, conjuga, exalta e sublima como toda a verdadeira obra de arte. Esse poema é o hino triunfal da Renascença, hino à glória humana, que vencera uma das suas grandes batalhas, a conquista do mar, a legação (ligação?) dos dois hemisférios morais da Terra, o reconhecimento pelo homem da sua casa terrena, da casa que Deus lhe dera, mas de que só êle se haveria de apossar por seu esforço próprio. Camões é um dos gênios mais identificados com o espírito da Renascença. Dessa identificação vem também aquela dualidade mental de paganismo e catolicismo, que tem dado que fazer aos críticos. Essa dualidade existia na cabeça de todos os homens representativos da era de quinhentos, pintores, poetas, escultores e pontífices.*»⁴³. Para Fidelino de Figueiredo, a “humanidade” d’*Os Lusíadas* basea-se pois na identificação do poeta com o espírito da Renascença, do Homem que se instala na totalidade do mundo terrestre e espiritual e mais além das fronteiras geográficas e religiosas.

Este problema da «humanidade» d’*Os Lusíadas* ocupou variamente os camonistas; nos anos 50, Hernâni Cidade e António José Saraiva apresentam-nos também as suas ideias a respeito do assunto.

O autor de *Camões / O Épico*, partidário do herói colectivo e para quem o tema da obra é a expansão portuguesa através dos séculos, é certamente o representante mais evidente da corrente patriótica e «encomiástica». Empenhando-se em ver a história portuguesa através dos olhos do mesmo Camões, Cidade apresenta-nos um Camões que celebra «*a gesta do seu povo na dilatação da lei da vida eterna*» ao serviço

⁴¹ *Ibidem*, p. 192.

⁴² Cf. nota 23.

⁴³ Fidelino de Figueiredo, *História Literária de Portugal*, São Paulo, 3 1966, p. 172.

da difusão do cristianismo no mundo (CE, p. 215), em plena consonância com a convicção da sua época: «*A viagem do Gama, segundo a convicção providencialista dos cronistas de Quinhentos, que era a de todos os contemporâneos, não seria possível sem a protecção de Deus, empenhado em suas conseqüências religiosas - a realização na Terra, por nosso intermédio, da obra de redenção do Homem*» (CE, p. 123). Por isso Camões, no seu elogio de Portugal, daria particular relevo à identificação de Portugal com a tarefa providencial; a inspiração nacional e a religiosa, ser português e ser cristão, na perspectiva do Poeta, seriam idênticas. Partindo deste ponto, parece difícil chegar à Humanidade. Porém, Cidade dá o passo.

Na epopeia não faltariam aspectos que, além da nação e do mesmo cristianismo, apontariam para a Humanidade em geral: Portugal, na época da sua expansão pelo mundo, encontrar-se-ia na ponta do progresso da Humanidade («*o que não mais se repetiu*»; OC IV, p. XXVIII)⁴⁴, coincidindo com o “momento mundial” do Renascimento. Portugal, então, não representava só ele mesmo, representava a Humanidade; Camões não canta só “os Lusíadas”, portugueses e cristãos inseparavelmente confundidos; canta o elogio do Homem (OC IV, p. XXXVI). O próprio Camões compartilharia o optimismo expansivo e empolgante do Renascimento que Cidade vê simbolizado no mito rabelaisiano do Pantagruelion, erva milagrosa que eleva os homens até aos deuses (OC IV, p. XXXVII). No entanto, o poeta d’*Os Lusíadas* chegaria à «humanidade» também através do contrário deste optimismo: Na versão camoniana da expansão transpareceria já a História Trágico-Marítima (OC IV, p. XXXVII s.), a dor «essencialmente humana» que escapa a uma qualquer funcionalização ao serviço do orgulho nacional. Esta seria a «substância trágica» da epopeia, que Cidade explica num longo capítulo do seu *Camões / O Épico* (CE, p. 181 ss). A euforia do Homem do Renascimento e a fundamental Dor Humana: eis aqui dois aspectos da humanidade da obra, que os românticos seguramente não renegariam, mas que, por estarem centrados no carácter «nacional» d’*Os Lusíadas*, certamente negligenciaram.

O caso de António José Saraiva é mais complicado, pois ele faz parte dos historiadores que dificilmente admitem a existência de uma humanidade «em geral». Mostrando-se partidário das ideias românticas sobre o tema e o herói, na sua *História da Literatura Portuguesa*, o nosso crítico, noutras ocasiões, *não repete* expressamente estas ideias. Apesar disso elas são a base dos seus demais trabalhos, e dentro desta moldura Saraiva persegue *a sua própria verdade*. Não se trata de repetir que a história de Portugal está contida na obra; trata-se de ver *de que maneira* está presente nela. E nisso a posição de Saraiva é muito diferente da de Cidade: As diversas «camadas» de significação atrás destacadas (a inspiração nacional e cristã; a renascentista e «humana»), na sua opinião, correspondem a diversas ideologias de classe (e aos seus disfarces), *ideologias contraditórias* que na mente de Camões *coexistiriam*.

Saraiva salienta o carácter fortemente militarista da história portuguesa apresentada n’*Os Lusíadas*. Pelas escolhas que o poeta opera, pelo que omite e pelo que põe em primeiro plano, «*a história de Portugal, tal como é contada n’Os Lusíadas, reduz-se, excepto na parte que se refere às viagens marítimas, a uma sequência de feitos militares*» (LC, p.

⁴⁴ Citamos do Prefácio a *Os Lusíadas* na edição das *Obras Completas de Camões*, Vol. IV, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 2^a1957; sigla OC IV.

139)⁴⁵. Esta visão da história exprimiria o ponto de vista de uma determinada classe, a “ideologia” da nobreza feudal, o seu “ideal heróico”. Saraiva *não nega* a inspiração cristã da epopeia; antes, destaca que o poeta se esforça sem cessar por pôr todo o decurso da história portuguesa sob o signo da cruzada, da «dilatação da fé cristã» (LC, p. 150). Aqui, porém, tratar-se-ia, ainda mais uma vez, de «ideologia», de um disfarce elaborado desde longa data: «*À ideia da epopeia pátria andava associada certa ideologia oficial forjada pela expansão, e cujas raízes encontramos já em Zurara. Segundo essa ideologia, os Portugueses cumpriam uma missão providencial, dilatando tanto o Império como a Fé: eram os Cruzados por excelência*» (H, p. 350).

Mesmo assim, a visão guerreira e aristocrática (disfarçada pela sua «justificação» religiosa) não seria a única mensagem da obra. Em simbiose com ela, coexistiria outra (e que a contradiria), a herança do humanismo europeu que Camões leva em si, e que Saraiva identifica em muitos passos: no ideal de paz exprimido pelo Velho do Restelo, na atitude às vezes tomada perante o próprio fenómeno da guerra (LC, p. 146), na ideia camonianiana da pátria, na sua concepção linguística. Para Saraiva, a *contradição* das duas ideologias presentes na obra (embora que por momentos superficialmente encoberta) é fundamental; nela exprimir-se-ia o conflito entre dois pontos de vista de classe, aristocrática e burguesa (o «vulgo»). O velho do Restelo seria o humanista em Camões que, momentaneamente, se ergueria acima do «encadeamento histórico» e acima da própria história guerreira que o poeta exaltaria, mas com a qual de modo algum, intimamente, se identificaria. A visão camonianiana da história portuguesa seria fundamentalmente *ambígua*; resultaria de *duas* identificações diferentes com o tema da obra, superficial no caso da ideologia cavalheiresca (embora voluntariamente exibida), íntima no caso da contra-ideologia humanista.

A função da mitologia, tão controversa através dos séculos, explicar-se-ia perante este pano de fundo do poeta intimamente dividido. Humanista de coração, Camões seria *incapaz* de dar uma apresentação convincente da história guerreira de Portugal. Esta não teria «unidade intrínseca», seria uma «*sequência ... de quadros soltos... contíguos... em sucessão meramente cronológica... proezas individuais de guerreiros, sem ligação com o que está para trás e com o que vem para diante*» (LC, p. 155). Os «feitos dos Portugueses», e na realidade todo o plano humano da obra (LC, p. 151), careceria de uma acção de conjunto e ficaria sem mola impulsora. Só a intriga dos deuses teria propriamente início, enredo e desfecho (LC, p. 158). A acção mitológica seria a fundamental e, de facto, a única acção d'*Os Lusíadas*: As personagens mitológicas seriam as «*verdadeiras criaturas humanas, que sentem, se apaixonam, intrigam e fazem rebuliço*» (LC, p. 158). Na acção mitológica, que leva à união dos descobridores com as deusas da Ilha dos Amores, exprimir-se-ia o sonho de Camões humanista, o sonho renascentista dos homens em tornarem-se iguais aos deuses. Na fábula de Vénus, que vence os contra-estratagemas de Baco (que teme que os Lusíadas «*venham a deuses ser e nós humanos*»; LC, p. 161), encontrar-se-ia o verdadeiro sentido da obra que seria uma história de Portugal, mas ao mesmo tempo um sonho de humanista, ou melhor dito: uma história contrariada por este sonho.

⁴⁵ António José Saraiva, *Luís de Camões. Estudo e antologia*, 3ª edição, Livraria Bertrand, ³1980 (¹1958); sigla: LC.

Para Saraiva, a aspiração dos homens a tornarem-se deuses é simbolizada no mesmo mito (já aludido por Cidade⁴⁶) do “pantagruelion” rabelaisiano, erva milagrosa que (segundo temem os deuses olímpicos) ajudará os humanos a «*visitar as fontes do granizo, as comportas das chuvas e a oficina dos raios (...), sentarem-se à mesa connosco e tomarem como mulheres as nossas deusas, que são os únicos meios de serem divinizados*» (LC, p. 161). Este passo de Rabelais e a fábula mitológica d’*Os Lusíadas*, que conduz os marinheiros à Ilha dos Amores, concordariam perfeitamente: «*Este encontro de Camões com Rabelais não é fortuito: ambos exprimiam um sentimento típico da Renascença, a ufânia dos homens que quebravam os limites aparentemente divinos e definitivos postos à sua expansão e ao seu domínio da natureza (...). Vênus, Baco, as Nereidas, Tétis, etc., não são alegorias do Mar, do Oriente, etc. São personagens de uma história com princípio, meio e fim e com a sua moralidade, história que é, afinal, a única do poema*» (LC, p. 161 s.).

Aqui Saraiva parece aproximar-se de Cidade. Para ele, o optimismo da Renascença, porém, não é o indício de «Humanidade». É ideologia também, se bem que aquela com a qual Camões mais profundamente se identifica. A euforia do humanista Camões, na leitura de Saraiva, não se relativiza pela dor «essencialmente humana». O sonho renascentista, sendo sonho, não encontra obstáculo; ao nível mitológico, o optimismo, a confiança no Homem não teriam limites, ao passo que os «heróis históricos», com a sua mentalidade cavalheiresca, ficariam fechados dentro do «*curto horizonte da tradição guerreira peninsular*» (LC, p. 161). Contudo, Saraiva concede: «*O seu pensamento mais profundo se realiza num plano puramente estético. Ou, melhor, o pensamento de Camões (...) é o de que o grau superior da realização humana é o da gratuidade da arte*» (LC, p. 166). Se «*no plano histórico Camões solidariza-se com todos os preconceitos da classe guerreira tradicional*», empenhada em «*dilatar a Fé por meio de banhos de sangue*» (LC, p. 165), «*no plano mitológico (ele) liberta-se desta ideologia*» e também da história nacional que - segundo o próprio poeta imagina - é o tema da sua obra. Por isso Saraiva, na sua *Iniciação na Literatura Portuguesa*, também diz: «*O tema d’Os Lusíadas é uma justaposição do ideal cavaleiresco e do ideal humanista no cavaleiro-letrado que foi Camões*»⁴⁷.

As interpretações de Cidade e Saraiva, tão profundamente diferentes entre si, radicam dentro da tradição comum do romantismo, que eles modificam, enriquecem, problematizam e ultrapassam à sua maneira, provando assim a sua íntima vitalidade e também a sua maleabilidade. A situação de Saraiva a respeito de Cidade é curiosamente análoga à de Sismondi quanto aos seus antecessores alemães: Enquanto que Bouterwek, Schlegel (e Cidade) adoptam para si a visão encomiástica da história que o poeta nos quer insinuar, Sismondi, herdeiro das Luzes francesas, e Saraiva, herdeiro de outras luzes, pensam que, perante o elogio poético da história, não é lícito olvidar-se da própria história: objecção certamente digna de reflexão; só que a história “fora do poema” algumas vezes não é menos ideológica do que a de dentro.

⁴⁶ Cf. Obra, p. XXXVII; também Valverde (nota 22, p. 211).

⁴⁷ António José Saraiva, *Iniciação Literatura Portuguesa*, Publ. Europa-América, 21984, p. 58. Em certo sentido, o Camões de Saraiva recorda o Balzac proposto por Lukács: reaccionário por fora, progressista por dentro.

III – Duas tradições (portuguesa e alemã)

Falando de «duas tradições» não me refiro à tradição romântica como oposta à tradição barroca e classicista; refiro-me às ideias do romantismo, por um lado, e, por outro, às diversas tentativas, feitas por vários camonistas, em encontrar antecedentes portugueses para estas ideias, uma espécie de tradição portuguesa autóctone a respeito delas. Já anteriormente citámos três dos protagonistas desta tendência; agora voltamos a eles para discutir as suas hipóteses.

Afrânio Peixoto, *partidário* da ideia do herói «colectivo», queria derivar esta ideia, em 1924, da edição d’*Os Lusíadas* do Morgado de Mateus (1817).

Doze anos mais tarde (1936), Roque Machado, embora *adversário* do que ele considera «erros» no Prefácio de Michaëlis, pensa que na realidade se trata de velhos erros portugueses. Seriam responsáveis do «equivoco» sobre o «peito colectivo»: 1) ainda mais uma vez, o Morgado de Mateus e 2) o Padre José Agostinho de Macedo, na sua *Censura dos Lusíadas* (de 1820).

Hernâni Cidade, finalmente, ele mesmo estreitamente vinculado à tradição romântica, no seu *Camões / O Épico*, empenha-se à sua maneira em «nacionalizar» esta herança, passando por alto os verdadeiros iniciadores das ideias de que ele mesmo depende. No seu livro sobre *Os Lusíadas* discute com exclusividade as opiniões de camonistas portugueses dos anos 30, José Maria Rodrigues, Amorim de Carvalho ou Roque Machado (nos quais, na realidade, ecoam as ressonâncias já longínquas e secundárias das ideias românticas), operando desta maneira um estranho esforço da perspectiva histórica, que porém não engana o leitor informado. Seguindo Roque Machado, o nosso crítico insinua (CE, p. 31) que o Padre Macedo fora o inventor do «herói colectivo»⁴⁸, embora concedendo que o Padre tinha formulado esta ideia para “*censurar*” Camões, enquanto que Cidade identifica nela a «*virtude de originalidade*» do poeta (CE, p. 32), exactamente como fizeram os românticos, sobre quem ele nada diz. Dada a grandíssima influência de Cidade na sua época, a nacionalização da interpretação romântica (e a tentativa de substituí-la por uma tradição autóctone portuguesa) cobra assim uma quase autorização «oficial».

Nenhum dos três autores mencionados – Peixoto, Machado, Cidade – discute o facto de que os testemunhos por eles aduzidos – tanto Mateus como Macedo – são posteriores aos românticos alemães e que talvez dependam deles (através da tradução de Bouterwek – Paris, 1812 – ou da obra de Sismondi – Paris, 1813); nem tomam em conta as indicações a outros possíveis «antecessores», feitas por Storck e Carolina Michaëlis. O problema da «justificação histórica» das «novas ideias» surge, com efeito, com Storck, na *Vida de Camões* (1890), inteiramente baseada nestas ideias, ao passo que anteriormente, em Schlegel (1803; 1803/4), Bouterwek (1805) e Sismondi (1813) tais alusões a possíveis antecessores faltam totalmente (Os dois alemães apresentam as suas ideias como deduzidas da própria leitura do texto; e Sismondi, que plagia Bouterwek, também).

Storck, que na sua *Vida de Camões* adopta o essencial das ideias românticas, tarda muito em confessar a sua dívida para com o mais completo expositor delas, que é

⁴⁸ É, quando muito, o inventor da palavra; cf. mais adiante, o próprio texto de Macedo.

Bouterwek. Fá-lo porém numa nota de rodapé na página 685 (!), onde aborda o problema dos «antecessores» que, segundo ele, são quatro. Storck distingue entre a «falsa e acanhada compreensão dos *Lusiadas*» e a justa compreensão, que é a sua (St. p. 685, nota 3). Esta última encontrar-se-ia pela primeira vez no atestado de frei Bartolomeu Ferreira, Censor do Santo Ofício, na primeira edição da epopeia: «O censor reconheceu primeiramente a significação do titulo *Lusiadas* e o facto de as grandes empresas de Portugal formarem o assumpto da epopeia (...), sem duvida alguma depois de ouvir o Poeta» (St. p. 692, nota 2). Eis aqui o *herói plural* (os *Lusiadas*) e o *tema da obra* (os grandes feitos da história portuguesa). Mas o próprio Camões também seria intérprete da sua obra; assim os versos 29-35 da Ode VII, dirigida a Dom Manuel de Portugal, são comentados por Storck desta maneira: «Estes versos mostram com evidencia, qual o objectivo e plano que o Poeta traçára e executou com plena consciencia do que fazia» (St, p. 687, nota 2; cf. o texto dos versos aludidos, mais adiante, no passo que citamos de Michaëlis). Além do censor (e do poeta), Storck revela-nos ainda outro intérprete perspicaz («*Rochefort, traductor francês de Homero*») para chegar finalmente a Bouterwek, verdadeira fonte da sua opinião sobre o tema da epopeia: «(A) falsa e acanhada compreensão dos *Lusiadas* prevaleceu durante muito tempo. Segundo Costa e Silva (*Ensaio*, III, p. 235-236), o primeiro a compreender que o verdadeiro heroe do Epos era a nação lusitana, foi Rochefort, o traductor francês de Homero, que enunciou (não sei quando) a ideia: 'que um espirito tão ardente como o de Camões não podia deixar de produzir um novo genero de Épopeia'. Mas a meu vêr, já muito antes, durante a vida do Poeta, o censor frei Bartholomeu Ferreira (1572) reconhecera a significação do termo '*Lusiadas*'. (Cfr. § 372, nota 2). Em harmonia com Rochefort, o allemão Bouterwek proclamou (p. 54) tambem que o '*Camões abriu com arrojo uma senda nova á poesia epica. O plano fundamental e a composição do poema erão cousa desconhecida até então. O que o cantor dos Lusiadas pretendeu fazer, foi cantar não os feitos de um certo e determinado individuo heroico, como Vasco da Gama, mas exalçar as façanhas e as acções de todos os grandes homens da sua patria, com genuino sentir de poeta. O titulo do epos já denuncia esta ideia'. O seu predecesser Dieze não soubera distinguir este character dos *Lusiadas*» (St, p. 685, nota 3).*

Carolina Michaëlis, tradutora da *Vida de Camões* e também das notas storckianas sobre os quatro intérpretes clarividentes (o censor, o poeta, Rochefort e Bouterwek), no Compêndio de Gröber (1897), não toca no problema dos antecessores da nova concepção. No seu Prefácio de 1905, porém, distingue duas classes de testemunhos: (1) «*declarações formais do Poeta*» (dois passos da Proposição e os versos a Dom Manuel de Portugal); (2) «*leitores discretos [que] assim o entenderam em todas as idades*» (o censor; um «*coevo e amigo de Camões*» [André Falcão de Resende]; o italiano Lionardo Turrigano). O texto de Michaëlis reza assim:

«O poema de *Os Lusiadas* contém, de facto, a história poetizada das obras gloriosas do povo inteiro, tanto por terra como por mar.

A confirmar esta definição temos declarações formais do poeta. Logo no intróito: *As armas e os barões*. Barões no plural. E não 'Arma virumque cano'. Depois: *Que eu canto o peito illustre lusitano*. E na ode a D. Manuel de Portugal:

O rudo canto meu que ressuscita
As honras sepultadas
E as palmas já passadas
Dos belicosos nossos Lusitanos.

Leitores discretos assim o entenderam em todas as idades. O censor da primeira impressão, Padre Bartolomeu Ferreira, fala em dez Cantos ‘dos valerosos feitos em armas que os Portugueses fizeram em Ásia e Europa’. Outro coevo e amigo de Camões diz expressamente:

Cantou os Portugueses, e altos feitos
Dos seus compatriotas esforçados
Por terra e mar caminhos nunca feitos.

Entre os forasteiros destaco Lionardo Turricano, que em 1598 tratou o Príncipe dos poetas do seu tempo de

Cigno dei gran fatti egregi
Del popol lusitano ardito e forte.

A par e passo com esta justa compreensão, andou e anda todavia outra, superficial e acanhada, que vê na epopeia nada mais do que a narração de uma só façanha de um único herói: o descobrimento da via marítima das Índias Orientais por Vasco da Gama.» (p. xiv-vi)

É curioso que, nesta justificação das ideias românticas do herói e do tema, Michaëlis se limite a enumerar testemunhos do século XVI e que se olvide de Bouterwek, que Storck ainda encontrara digno, na sua nota, duma citação textual.

Mesmo assim, a ideia de buscar «precedentes», uma vez lançada, revela-se contagiosa. Assim apresentam-se os críticos, já mencionados (que propõem o Padre Macedo e o Morgado de Mateus), talvez conscientes do facto de que entre a «justa compreensão» (minoritária) do século XVI e a universal convicção do século XX se abria um abismo e que, para explicar o actual auge dela, eram necessários um arranque e uns inspiradores mais próximos. Porém se estes críticos não se equivocaram quanto à época da revolução intervinda na compreensão da obra, equivocaram-se quanto aos protagonistas dela.

O Morgado de Mateus, na *Vida* de Camões contida na sua edição, tem alguns passos que, com efeito, coincidem com as ideias românticas a respeito do tema e do herói. A edição foi publicada em Paris em 1817 (na mesma cidade onde a tradução da obra de Bouterwek e a *História* de Sismondi tinham aparecido alguns anos antes). Dado que o seu texto quase sempre se cita em segunda mão, permito-me intercalar aqui o essencial dele:

«Luis de Camões animado pelo mais ardente amor da Patria, (...) empredeu erigir hum monumento, o qual transmittindo á posteridade tão heroicos feitos, perpetuasse a gloria do nome Portuguez, e attestasse que nação alguma a tinha adquirido igual.

Elle imaginou pois hum Poema epico nacional, e quiz celebrar a primeira virtude dos Portuguezes, a sua heroicidade, sobre a terra e sobre o mar: portanto na sua exposição diz: ‘Eu canto o Peito illustre Lusitano, / A quem Neptuno, e Marte obedeceram.’

Para este fim escolheo o facto mais memoravel da Historia Portugueza como sujeito, e acção do seu Poema (o Descobrimento da India por Vasco da Gama e seus heroicos companheiros); reunio na narração como episodios adequados ao sujeito, e a esta acção, todos aquelles successos da historia de Portugal que prepararam a Nação para tão grande empreza, e para a fundação daquelle vasto Imperio, que os seus heroes deviam estabelecer no Oriente; completou o seu plano, não só com o que diz respeito á acção principal, mas *com tudo o que podia realçar a sua nação*, e excitar a curiosidade dos vindouros. (...).

O Descobrimento da India, conseguido pela navegação de Vasco da Gama, he a acção unica, e completa do Poema. (...).

Mas quem será tão pouco curioso de conhecer as causas de acontecimentos extraordinarios, ou tão ingrato a huma nação que assim beneficiou as outras, para não desejar saber as instituições e principios desta Monarchia, que puderam fazer de cada Portuguez hum heroe? He pois natural que a maior parte dos homens tivesse a curiosidade de informar-se dos successos, que precederam este na historia de Portugal, como tambem dos que foram o resultado desta famosa expedição, e de conhecer os seus principaes heroes.

Assim devia pensar Camões, e conformar a estas vistas o plano do seu Poema, em que se propunha celebrar o valor heroico dos Portuguezes, e pertanto o intitulou, *Os Lusíadas*, e accrescentou no principio que cantará:

Tambem as memorias gloriosas
Daquelles Reis que foram dilatando
A fé, o imperio; e as terras viciosas
De Africa, e de Asia, andaram devastando;
E aquelles que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando.

O que não destroe, nem offende a unidade epica do Poema, antes completa o todo.»

(*Os Lusíadas*, poema epico de Luis de Camões. Nova edição correcta, e dada á luz, conforme á de 1817, por Dom José Maria de Souza-Botelho, Morgado de Matteus, Paris 1819, pp. LXX-II).

Dentro da mais ampla concepção romântica, estas ideias do Morgado antecipam particularmente a posição de Cidade que, porém, no seu *Camões / O Épico*, não faz menção dele, considerando como inventor do herói colectivo o *Padre Macedo* (que cita, indirectamente, através de Fidelino de Figueiredo; cf. CE, p. 251, nota 4).

Na nossa opinião, o mérito deste último crítico, na problemática em questão, limita-se à terminologia. Na sua *Censura das* (sic) *Lusíadas* (Lisboa 1820), o Padre Macedo emprega, com efeito, o termo *herói «colectivo»* que (como tal termo) não se encontra nos românticos. Porém, o sentido da palavra, no Padre Macedo, é negativo.

Ele entende bem os versos «*Eu canto o peito illustre lusitano, / A quem Neptuno, e Marte obedecerão*» no sentido que lhes deram os românticos e como hoje os entendemos, mas, na sua opinião, estes versos provam que o próprio tema que o poeta propusera é, como assunto de epopeia (que requeria tradicionalmente uma acção única e um herói único), um tema errado. Para o Padre Macedo, estes versos são «*outra prova nesta immodestissima exageração de que não era a navegação de Vasco da Gama a unica acção do Poema*». Neste contexto, Macedo emprega o termo de herói «colectivo» para criticar esta concepção do herói épico: «*Pelo peito illustre não se pode entender individualmente o Heroe; este termo he colectivo, e designa a Nação inteira*». E segue uma explicação pormenorizada das razões porque este «peito ilustre» não pode ser, *como deveria*, o peito do Gama: «*(Este termo) designa a Nação inteira, porque só deste modo se pode entender a obediencia de Neptuno, e Marte, porque os Portuguezes na fundação de seu Imperio no Oriente subjugarão os mares em mui longas, e repetidas navegações, e forão geralmente vencedores em todas as guerras que intentarão contra os Povos da Asia naquella parte que se chama India; e ainda que se possa tambem affirmar de Vasco da Gama que subjugára Neptuno como navegador, não se pode dizer nesta navegação que lhe obedecêra Marte como Guerreiro, porque o não foi, e elle mesmo o assegura (pela boca do Poeta) quando disse que não era mais que hum mero explorador daquelles paizes da Asia, cujo caminho pelo Oceano era até alli ignorado*» (p. 22 s.).

Se o Padre Macedo fosse realmente o inventor da ideia contra a qual polemiza, a grande fortuna do herói colectivo nos séculos XIX e XX abrir-se-ia curiosamente com um *ataque* contra esta concepção.

Mesmo assim, os testemunhos do Morgado de Mateus e do Padre Macedo seriam probantes, *dentro dos seus limites óbvios*⁴⁹, se não tivessem o defeito de serem posteriores aos iniciadores românticos e, por conseguinte, de não interessarem, no momento de construir uma qualquer tradição autóctone.

Pires de Almeida

O único crítico português capaz de assumir o papel de precursor a respeito de algumas das ideias propostas pelos românticos alemães é um grande (mas desconhecido) camonista do século XVII, Pires de Almeida, redescoberto há pouco tempo e defensor isolado do «herói colectivo» e do tema da história portuguesa (nas suas palavras: «*as proezas e façanas de uma nação*»; «*todas as mais famosas acções dos Portugueses*»).

Em 1638, no seu «*Exame... sobre o particular juizo, que fes M(anoel) S(everim) de F(aria) das partes, que ha de ter a epopeia, e de como Luis de Camões as guardava no seus Lusíadas*»⁵⁰, este jovem licenciado, então desconhecido, faz o papel de censor do conhecidíssimo apologista Severim de Faria que, na sua *Vida de Camões* (publicada nos

⁴⁹ Se ambos os críticos são partidários do herói «colectivo», o Morgado, no tema da história portuguesa, põe ênfase na expansão e nos seus preparativos, ao passo que o Padre Macedo está longe de ver o tema na «totalidade» da história portuguesa.

⁵⁰ Texto publicado em apêndice ao livro de António Augusto Soares Amora, *Manuel Pires de Almeida - um crítico inédito de Camões*, São Paulo, 1955.

Discursos vários políticos, 1624), se empenhara em provar a conformidade d' *Os Lusíadas* com os preceitos da doutrina clássica. A dizer a verdade, este texto de Almeida é ainda bastante ambíguo, não sendo muito claro se o autor se limita a criticar o apologista, ou se estende a sua crítica à própria epopeia.

Porém, dois outros escritos, compostos um ano mais tarde (1639), por ocasião da edição comentada de Faria e Sousa, então aparecida, dissipam este equívoco. Almeida agora faz-se um exuberante defensor da grandeza da epopeia (contra um adversário, igualmente entusiasta). No seu *Discurso Apologético*, dirigido contra o comentarista⁵¹, ele vê a grandeza de Camões na sua (parcial) *não-conformidade* com as regras aristotélicas. A obra camoniana colocar-se-ia a meio caminho entre o Poema heróico e o Romanço, participando de ambos. A sua «novidade» derivaria do *tema* que traz com ele a nova concepção do *herói*: «*O Camoes ensinou nos seus Lusíadas como poeticamente se podiam pintar as proezas e façanas de uma nação (...), arrimando-as à navegação de Vasco da Gama, sem formar nele ideia de herói...*» (p. 241). E o nosso crítico aqui, atacando o comentarista, qualifica de «opinião insofribel» a ideia de que Gama seria o herói d' *Os Lusíadas*; para Almeida, o «*peito ilustre significa (...) toda a nação portuguesa*» (p. 239).

No segundo escrito mencionado, a *Resposta ao Juízo do Poema* (isto é, o «Juicio del Poema», contido na edição de Faria e Sousa), Almeida repete: «*Como Camões abraçou todas as mais famosas acções dos Portugueses, não lhe convinha formar em Vasco da Gama herói, pois a gloria e o triunfo lusitano foi alcançado por muitos e nao por um só...*»⁵². Para o crítico, Camões supera Homero, Virgílio e Tasso, porque «*com soberania de seu engenho (formou) uma nova espécie de poema com que se immortalizasse, em que contou muitas acções de muitos heróis (...), e com semelhante novidade se fez maior poeta que o Grego, Latino e Italiano, pois abriu novo caminho com felicidade e se fez único por seu modo excelente*» (p. 83).

Estas ideias sobre o *tema* e o *herói* concordam com a concepção desenvolvida no romantismo alemão⁵³. No que respeita a estes dois pontos, Almeida é certamente um “predecessor”; mas só num sentido “ideal”, e não “efectivo”, porque os seus escritos

⁵¹ Edição do texto por Luiz Piva, “Discurso Apologético de Manuel Pires de Almeida sobre a proposição de *Os Lusíadas*”; em *Revista Camoniana*, 1971, p. 239.

⁵² Extractos deste escrito inédito em Maria Lucília Gonçalves Pires, *A Crítica Camoniana no Século XVII*, Lisboa, 1982 (a passagem citada, na página 83).

À parte dos autores mencionados nas notas precedentes, sobre Pires de Almeida podem-se ver os seguintes artigos:

Augusto Soares Amora, «A crítica feita ao poema no decurso da história literária» (*Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*, Lisboa, 1973, pp. 177-206).

Luiz Piva, «Os patriarcas da crítica de ‘Os Lusíadas’»; em *Leituras de Camões*, São Paulo, 1982, pp. 43-61.

Sobre o problema do herói na épica, sobretudo a discussão na Itália, cf. o artigo de Müller-Bochat.

⁵³ Interessantes também as ideias de Almeida sobre a intenção encomiástica e patriótica e sobre o problema dos «episódios», muito análogas às de Bouterwek. Dos «episódios» dos cantos «históricos» (III, IV, V, VIII e X) Almeida diz: «E tudo isto eram faltas se os tais foram episódios, mas são perfeições, pois são acções abraçadas no título, proposição, invocação, dedicatória, narração deste divino poema de novo inventado» (*Resposta...*, p. 85). No entanto, faltam nos escritos de Almeida outras considerações tipicamente românticas sobre caracterologia nacional, autobiografia, composição, etc.

ficaram inéditos até à segunda metade do nosso século, estando ainda à espera duma edição completa.

Em conclusão, nem Pires de Almeida (que porém *prefigura* a concepção romântica do tema e do herói), nem os hipotéticos Mateus e Macedo (cronologicamente posteriores aos mesmos românticos) possibilitam a construção de uma tradição própria. São nomes desconhecidos antes do auge das ideias românticas e não formam uma qualquer fileira de tradição entre si. Isolados na sua época, são desenterrados mais tarde pelos partidários ou pelos adversários da nova posição. Quando hoje lemos no prefácio à edição de Costa Pimpão, apresentada por Aníbal Pinto de Castro, «*O eixo do poema é evidentemente a viagem do Gama, mas Os Lusíadas não são a viagem do Gama. Os Lusíadas são todos os seus reis, todos os seus heróis, todos os seus gloriosos barões*», perante o processo de recepção efectiva, lemos Schlegel, Bouterwek e Sismondi e não Macedo ou Mateus, nem tão-pouco Pires de Almeida, muito respeitável antecessor *ideal* deles.